DISCUSSÕES ACADÊMICAS SOBRE ESPAÇO ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA

DA TEMÁTICA PARA ESTUDOS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Maria Silvia Cristofoli

Universidade Federal da Fronteira Sul

mscristofoli@uffs.edu.br

**Resumo:** Relato de experiência de projeto de Iniciação Acadêmica cujo tema central -

espaço escolar- contou com a participação de acadêmicas do curso de Pedagogia e

Arquitetura da UFFS. Pelo recorte da Política Educacional brasileira o texto inclui uma

breve abordagem de politicas em diferentes momentos históricos que serviram de

subsídio para discussões e desenvolvimento de diversas atividades do projeto.

Apresenta considerações de como o tema do espaço escolar pode contribuir com a

formação de professores de educação básica. Considera a pertinência da temática e a

necessidade de avançar nos estudos sobre espaço escolar no campo das políticas

educacionais.

Palavras-chave: espaço escolar, políticas públicas, formação acadêmica.

Introdução à temática e levantamentos preliminares sobre espaço escolar

O espaço escolar é per se um campo de estudos interdisciplinares. Estuda-lo,

analisa-lo carrega complexidades pelas diferentes dimensões envolvidas. O objeto deste

relato faz parte de uma reflexão iniciada com um projeto de iniciação acadêmica

desenvolvido no campus Erechim da Universidade Federal da Fronteira Sul com o

propósito de contribuir com a formação de professores para a educação básica e também

com a formação de arquitetos.

Na literatura existente o espaço escolar é tratado de diferentes formas, embora

ainda sejam escassos os estudos no campo das políticas educacionais contemporâneas.

Relativamente escassa a produção brasileira de estudos sobre o tema tem entre seus

ingredientes principais, como bem destaca Frago (2001), a dificuldade de integrar

1

diferentes olhares sobre o espaço escolar, uma vez que ele não pode ser estudado a partir de um único aspecto.

Há na bibliografia educacional numerosos textos que tratam o espaço escolar situando-o nos estudos da História da Educação e concentração de produção que trata dos espaços escolares no Período Imperial e Primeira República. Dos autores mais citados Frago e Escolano (2001) exploram o tema a partir da Espanha, mas tem sido largamente utilizados no Brasil para subsidiar estudos tanto na área de Educação quanto na Arquitetura.

Como algumas das referencias sobre o tema na bibliografia educacional brasileira cabe citar os trabalhos de Bencostta (2005), Rodrigues (2003), Faria Filho (2000), Teixeira (1961). O tema também é trabalhado no campo da arquitetura por Kowaltowsky (2011), Moreira (2005) e Lima (1995).

A partir de estudos mais sociológicos, Rodrigues (2003) retoma o tema das políticas públicas de construção de escolas no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro e contribuições de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. No campo da arquitetura é importante destacar o trabalho de Mayumi Watanabe Souza Lima (MOREIRA, 2010) e, mais recentemente o trabalho de Doris Kowaltoswky (2011).

É pelo estudo das políticas atuais, mas também conhecendo a historia da politica educacional brasileira que é possível conhecer a trajetória das diretrizes educacionais (Vieira e Farias, 2007). Assim, para efeitos de introdução da temática e para relaciona-la com as atividades acadêmicas realizadas considera-se pertinente resgatar alguns momentos da história e da política educacional brasileira onde o espaço escolar, prédios ou edifícios escolares foram abordados. Nesse breve retrospecto constam momentos considerados importantes na constituição deste campo de interesse através das ações do estado.

Tomando-se por referência as políticas públicas enquanto o Estado em ação e materialidade dessa ação (Azevedo, 1997) é o espaço escolar público (escolas, prédios, edifícios escolares) representação dessa materialidade.

Buscando referências históricas da política educacional brasileira sobre espaços e prédios escolares destacam-se neste texto as ações do Estado efetivadas no período republicano. É certo que houve expansão da instrução pública durante o Império, com regulamentação que previa construção de edifícios e condições para funcionamento dos

prédios alugados. Entretanto, a edificação de escolas públicas iniciou de forma mais efetiva no período republicano e as redes públicas de ensino foram se consolidando ao longo do século XX.

A Constituição de 1934 foi a primeira a vincular receitas para fins educacionais (Vieira, 2007). Também nessa Carta Constitucional o Art.157 trazia no parágrafo primeiro referência à aplicação de fundos especiais em obras educativas.

Nas décadas de 1920 e 1930 as escolas sofreram diversas alterações, dentre elas novas formas de organização pedagógica nos espaços escolares (Correia 2005, Faria Filho) e passou-se a dar maior atenção a iluminação, ventilação, pátios, dentre outros. Nos anos 30 e 40 do século XX a tendência nas construções de alguns prédios escolares, principalmente nas grandes cidades e áreas urbanas centrais, era a monumentalidade dos traços arquitetônicos. Correia (2005) destaca que muitas construções refletiam na imponência dos traços a exaltação ao poder do estado.

O fim dos anos 1940 e a década de 1950 foram marcados pela redemocratização e o incentivo à participação popular (Vieira; Farias 2007), resultando na expansão da escola pública. De acordo com Correia (2005), essas duas décadas caracterizaram-se pela utilização de projetos com plantas e fachadas padrões para construção de escolas em bairros da capital e em cidades do interior pela facilidade de construção e prazos de entrega mais curtos. Contudo, é possível inferir que a simplificação das construções também tenha justificativa na racionalização dos recursos financeiros destinados à educação.

Com o golpe de 1964 suprimiu-se da Constituição a vinculação de recursos para a educação. Vinculação que somente foi retomada em 1985 através de uma emenda constitucional, conhecida como "Emenda Calmon" (PINTO; ADRIÃO, 2006).

Na década de 70 do século passado crescia no Brasil o processo de urbanização e a expansão de matrículas com a Lei de Diretrizes e Bases 5.692/71 que ampliou a escolaridade obrigatória para oito anos. Ao mesmo tempo, a reforma do ensino trouxe para a escola a proposta de profissionalização no 2º grau e houve implantação de escolas polivalentes decorrentes de acordos assinados entre o Ministério da Educação e a Agencia Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos - Acordos MEC-USAID. (ARAÚJO, 2009).

A preocupação com a criação de espaços escolares adequados às necessidades do período levou o Ministério da Educação, através de organizações específicas como o Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares (CEBRACE), a produzir diversos materiais de orientação e referência para padronização das escolas.

Nas últimas décadas, algumas ações do estado em relação a espaços e prédios escolares, destinaram-se a conhecer as condições dos estabelecimentos escolares já existentes, à adequação dos espaços e à criação de novos padrões arquitetônicos considerando as novas necessidades educacionais para a educação básica brasileira. Também, em decorrência de compromissos assumidos pelo Brasil junto ao Banco Mundial, como o projeto Fundo de Desenvolvimento da Escola (FUNDESCOLA).

Alguns dos materiais produzidos pelo Fundescola foram os cadernos técnicos como "Subsídios para elaboração de projetos e adequação de edificações escolares", destinado ao ensino fundamental. Ainda, considerando a preocupação com a garantia de acesso e permanência dos estudantes nas escolas o Projeto publicou em 2002 os Padrões Mínimos para funcionamento das escolas de ensino fundamental. Nos últimos anos ganhou destaque metodologia do Levantamento da Situação Escolar (LSE) vinculada ao Plano de Ações Articuladas (PAR)<sup>1</sup>.

Mas, a infraestrutura escolar existente tornou-se inadequada. Essas construções mínimas e impróprias, pelas considerações de Souza (2005), foram características marcantes dos sistemas estaduais e municipais. Para a autora houve expansão da rede pública fundamentada na racionalidade financeira, na funcionalidade e no máximo aproveitamento dos espaços. E esses elementos resultaram "em construções econômicas de traçados simples com pouca diferenciação interna e poucos vínculos com as propostas pedagógicas" (Souza 2005, p.8).

A partir de 2007 ações do governo brasileiro voltaram-se para a melhoria da oferta e expansão da Educação Infantil. Através do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), o MEC passou a difundir padrões de construção para atendimento e disponibilizar projetos padronizados para essas escolas<sup>2</sup>. Cabe incluir ainda nessas ações mais recentes a Portaria Normativa Interministerial n. 17 de 24 de abril de 2007

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Sobre o assunto veja-se http://www.fnde.gov.br.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> O programa consiste também em assistência financeira a estados e municípios para construir, mobiliar e equipar creches e pré-escolas públicas da educação infantil. A assistência se da mediante convênios. Fonte: http://www.fnde.gov.br.

que instituiu o Programa Mais Educação trazendo reflexos imediatos no espaço escolar e a retomada as "arquiteturas especiais" pensadas por Anísio Teixeira (MOLL, 2012).

Em 2010, através do Decreto Nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010 que dispõe sobre o Programa Mais Educação o documento incluiu no inciso V de seu Art. 2º, dos princípios da educação integral no âmbito do Programa Mais Educação, o "incentivo à criação de espaços educadores sustentáveis com a readequação dos prédios escolares incluindo a acessibilidade".

Essa necessidade de rediscutir os espaços escolares teve mais uma iniciativa por parte do Ministério da Educação na gestão do então ministro Fernando Haddad. Com a Portaria Normativa No. 20, de 6 de outubro de 2011 foi instituído no âmbito do MEC Grupo de Trabalho para definir as orientações e diretrizes para construção, reforma, ampliação e adaptação das escolas de tempo integral.

Esse levantamento e seleção de ações do poder público e documentos sobre espaço escolar brasileiro constituíram-se num dos alicerces para a proposição de um projeto de iniciação acadêmica que explorasse a temática.

## O projeto de iniciação acadêmica e as discussões sobre espaço escolar.

A universidade Federal da Fronteira Sul foi criada em 2009 para funcionar em regiões dos três estados da região sul onde historicamente o estado esteve ausente na oferta de ensino superior público e gratuito.

Desde o ano de 2010, inicio das atividades acadêmicas, o campus Erechim no Rio Grande do Sul oferece oito cursos sendo cinco de licenciatura (Pedagogia, Historia, Geografia, Ciências Sociais e Filosofia) e três bacharelados (Arquitetura e Urbanismo, Agronomia e Engenharia Ambiental e Energias Renováveis).

Em 2011, tendo como proposito possibilitar aos estudantes a inserção em projetos acadêmicos vinculados a sua área de formação a UFFS ofereceu bolsas na modalidade Iniciação Acadêmica para fortalecer a integração teórico-prática e o aprimoramento da formação<sup>3</sup>. Foram estabelecidos como critério de seleção projetos

-

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> A Universidade Federal da Fronteira Sul considera a Iniciação Acadêmica como atividade de ensino.

que contribuíssem com a transição dos estudantes do ensino médio para o superior incentivando-os a criar e fortalecer a cultura acadêmica.

Enquanto professora de Política educacional do campus Erechim trabalho junto aos cursos de licenciatura com a disciplina Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil. Aliado aos meus interesses individuais em desenvolver estudos sobre espaço escolar somou-se o interesse pelo tema de mais duas professoras do campus, uma psicóloga professora de Psicologia da Educação e uma arquiteta considerando-se a possibilidade de realizar trabalhos conjuntos.

A partir desse interesse comum propôs-se entre três docentes do campus a realização de um projeto onde os diferentes olhares sobre o espaço escolar (educação e política educacional, psicologia e arquitetura) estivessem presentes e submeteu-se em 2011 o projeto de Iniciação Acadêmica "Estudos Interdisciplinares sobre espaço escolar e sua importância nos processos educativos e de desenvolvimento humano: o olhar das políticas públicas" para estudantes dos cursos de licenciatura, em particular a Pedagogia, e do curso de Arquitetura considerando ser este o curso que forma profissionais que planejam os diferentes espaços. Cabe salientar que para efeitos deste texto o relato centra-se nas atividades e discussões relacionadas com a área de políticas educacionais<sup>4</sup>.

A escola enquanto *locus* privilegiado do processo pedagógico, do trabalho docente, da atuação do gestor pode ser estudada sob vários olhares como a política educacional, o viés da psicologia e a arquitetura.

Também, o Parecer 09/2001 da Câmara Plena do Conselho Nacional de Educação que dispõe sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, considera importante o estudo dos diferentes documentos sobre educação para superar o distanciamento entre as instituições formadoras e os sistemas de ensino da educação básica. Assim, o estudo desses documentos "e a sua inclusão nos cursos de formação, para conhecimento, análise e aprendizagem de sua utilização, é condição para que os professores possam inserir-se no projeto nacional, estadual e municipal de educação" (CNE, Parecer 09/2001, p.19).

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Participaram do Projeto as professoras Maria Silvia Cristofoli (coordenadora), Ivone Maria Mendes Silva, Nauíra Zanardo Zanin e as bolsistas Chaiane Orso Neis, Kelli Bampi, (acadêmicas do curso de Pedagogia) e Daiane Maria (acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo).

Com base nestes e outros argumentos, a finalidade do projeto foi investigar como as áreas da Educação, Psicologia e Arquitetura têm abordado em sua produção atual a temática bem como sua importância nos processos educativos e de desenvolvimento humano. Também, buscou-se mapear as possibilidades de interlocução entre essas diferentes áreas para subsidiar debates de políticas educacionais de espaço escolar e oportunizar a inserção dos acadêmicos dos cursos de licenciatura e de arquitetura nas discussões sobre a temática do espaço físico escolar, visando contribuir com a formação inicial dos estudantes e o desenvolvimento de pesquisas futuras na área.

Pelas considerações de Azevedo (1997) de que uma política pública é a materialidade da intervenção do Estado, isto é, o Estado em ação e que toda política constitui-se numa ação intencional, com objetivos a serem alcançados (SOUZA, 2006), entendeu-se como parte fundamental das etapas do projeto o conhecimento e levantamento do ordenamento legal e normativo para estudo das políticas públicas e entendimento da organização e gestão da educação brasileira.

Propôs-se como metodologia do projeto a organização dos trabalhos por etapas. Assim, **a** primeira foi composta por reuniões para discussões conjuntas entre as professoras e bolsistas e para familiarizá-los sobre o tema.

As etapas subsequentes estiveram relacionadas à participação em reuniões para estudo, esclarecimentos e acompanhamento das atividades; Mapeamento da produção científica sobre o tema organizada em arquivos específicos de cada área; Sistematização e análise de materiais bibliográficos, documentos e projetos arquitetônicos; Elaboração de relatórios parciais e final do trabalho realizado pelas bolsistas utilizando-se para isso o ambiente *Moodle*.

A seguir apresenta-se o detalhamento de algumas das atividades realizadas no âmbito do projeto onde buscou-se fortalecer a discussão e o debate em torno das ações do estado- políticas públicas de espaço escolar.

Com a realização de encontros quinzenais e discussão de textos das três áreas envolvidas no projeto, destinou-se o primeiro momento das atividades ao estudo de conceitos básicos como Política Educacional, Gestão (da educação e da escola) e Educação Básica. Esses conceitos dariam subsídio para as demais leituras e discussões.

Com a exibição do documentário "Pro Dia Nascer Feliz", de João Jardim, que retrata jovens de diferentes partes do Brasil, sua relação com a escola, dificuldades e desafios da adolescência, violência, dentre outros aspectos foi realizada a discussão do mesmo e a produção de um texto com percepções sobre espaço escolar para discussão nos encontros subsequentes. Optou-se por esse documentário para perceber a diversidade de espaços escolares, a gestão de recursos públicos (a partir de relatos dos próprios estudantes), limitações e possibilidades dos espaços, a ausência ou má gestão por parte dos órgãos públicos em relação aos prédios escolares.

Na segunda etapa do projeto selecionam-se alguns textos para apresentação individual. Dos quatro textos três puderam ser explorados à luz da política educacional. Foram esses: "Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões" de Antonio Viñao Frago (2001), "Arquitetura escolar: a cidade e a escola rumo ao "progresso – Colégio Estadual do Paraná" de Ana Paula Pupo Correia (2005) e "Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil" (2006), material produzido pelo Ministério da Educação.

Na terceira e última etapa do projeto as atenções voltaram-se mais para os aspectos arquitetônicos das escolas. Assim, realizou-se o estudo do texto "Conceitos e tendências da arquitetura escolar" de Doris Kowaltowski (2011) abordando todos os parâmetros propostos pela arquitetura para os diferentes espaços escolares desde os de uso individual e coletivo aos internos e externos, conforto e acessibilidade. O debate incluiu os desafios para a gestão da educação pública entre o ideal (parâmetros) e o real (orçamentos restritos, gestão pública, manutenção e adequação das escolas públicas existentes)

A leitura e discussão do texto "Projeto sustentável para a escola municipal de ensino fundamental Frei Pacífico" (ZANIN et al, 2006) apresentou uma escola real, construída no município de Viamão, no Rio Grande do Sul. As discussões giraram em torno de necessidade pedagógicas, orientações dos gestores públicos desse município e necessidades e interesses da comunidade escolar, sustentabilidade, num claro (e raro) exemplo de "gestão democrática do espaço escolar". Foram abordados aspectos da relação, nem sempre tranquila, entre projeto e financiamento da obra pelo relato de situações comuns no setor público como cortes, restrições ou falta de recursos financeiros para construção e reforma de escolas das redes públicas de ensino e aspectos

da gestão dessa rede municipal.

Por fim, mas não menos importante cabe destacar que em todas as discussões as bolsistas tiveram oportunidade de relacionar a sua área de formação com o tema espaço escolar pensando sua futura atuação profissional. Também, o debate e as analises foram enriquecidas a partir da experiência de cada uma das acadêmicas, todas e oriundas de escolas públicas, e das professoras que estudaram e ou atuaram em escolas públicas.

Avaliou-se que a atividade foi exitosa e os objetivos alcançados. Considerou-se ainda que a o espaço escolar enquanto objeto de estudo superou o previsto no projeto uma vez que houve demanda por novas discussões sobre a temática. Ao mesmo tempo, pela avaliação das estudantes participantes da iniciação acadêmica conseguiu-se "modificar o olhar" em relação ao espaço escolar despertando ou aguçando a atenção e compreensão crítica desse *locus* privilegiado do processo educativo.

Além dos debates, reflexões e textos produzidos no âmbito do projeto houve desdobramentos e o projeto conseguiu ganhar repercussão e ampliar a abordagem da temática em outros espaços. A primeira atividade foi realizada junto aos acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo na disciplina de Projeto de Arquitetura – Escolas.

Partindo da apresentação de diferentes políticas contemporâneas voltadas para construção e reforma de escolas os acadêmicos tiveram oportunidade de conhecer as ações do Estado bem como os desafios de trabalhar com recursos públicos, gestão da educação e gestão da escola. Na ocasião foi socializado o material do ProInfância e disponibilizado para uso dos professores da disciplina e dos estudantes.

Esses acadêmicos, também oriundos da escola pública de áreas urbanas e rurais, participaram ativamente do debate percebendo a complexidade e os desafios da relação Educação—espaço escolar—Arquitetura dimensionando a importância desses conhecimentos para sua formação de arquitetos.

Outra das atividades realizadas, em que a discussão do espaço escolar esteve presente vinculou-se ao projeto de extensão "Escola + Sustentável" coordenado por professores do curso de Arquitetura e Urbanismo e desenvolvido numa escola da rede estadual da cidade de Erechim. Nas atividades desse projeto a série "Diálogos" oportunizou a discussão do espaço escolar com os professores da escola. Na relação do tema com as políticas públicas a abordagem foi a partir de uma retomada histórica e da

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Informações sobre o projeto e as atividades realizadas encontram-se disponíveis em escolamaissustentavel.wordpress.com.

posterior discussão de textos sobre as escolas polivalentes e de políticas de âmbito estadual de construção de escolas públicas<sup>6</sup> bem como da ação ou ausência do poder público estadual e gestão da gestão escolar da escola<sup>7</sup>.

Ainda sobre o tema foi possível elaborar um capítulo de livro juntando políticas públicas, psicologia e arquitetura a partir dos estudos e materiais do projeto de Iniciação Acadêmica e atividades desenvolvidas pelo projeto Escola + Sustentável.

Recentemente, com a aprovação do curso de especialização em Educação Integral no campus Erechim, a experiência do Projeto de Iniciação Acadêmica "Estudos Interdisciplinares sobre espaço escolar e sua importância nos processos educativos e de desenvolvimento humano: o olhar das políticas públicas" servirá de suporte para o componente curricular "Escola integral: tempos e espaços".

## Considerações finais e algumas conclusões

Na abordagem sucinta de diferentes ações do Estado em relação aos espaços e prédios escolares no Brasil buscou-se abordar as tendências mais significativas que deram suporte ao projeto de iniciação acadêmica.

Da adaptação de espaços, edificações monumentais à simplificação e padronização das construções escolares estão implícitas diferentes concepções políticas e pedagógicas da educação brasileira. Considera-se, portanto, que as construções escolares são materialização das ações do estado em cada momento histórico, político e pedagógico da educação brasileira mediada pela existência e disponibilidade dos recursos financeiros e pela ação de diferentes atores das áreas governamentais e técnicas.

A escola, tanto nos aspectos arquitetônicos quanto nos pedagógicos, tem sofrido influência desses diferentes momentos históricos, projetos políticos, sociais e econômicos e a partir da segunda metade do século XX, com a ampliação da

\_

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Para essa discussão os textos referência foram Araújo (2009) e parte da tese de doutorado de Sastre (2010).

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> A escola onde foi realizada a atividade foi criada em 1972 como escola polivalente. Hoje possui outro nome e atende estudantes da Educação Básica e enfrenta os desafios de repensar espaços e proposta pedagógica para incorporar as orientações da Secretaria Estadual de Educação para implantação do Ensino Médio Politécnico.

obrigatoriedade e a expansão da oferta de educação básica, os padrões e características dos espaços escolares mudaram substancialmente. Pela sua dinamicidade e novas necessidades educacionais impõem, também, o desafio de propor políticas que considerem os novos tempos e diversidade de espaços escolares necessários para o desenvolvimento da educação básica hoje.

Com as discussões e reflexões emanadas do projeto de iniciação acadêmica constata-se que a arquitetura escolar é também um aspecto do currículo e deve ser levado em conta tanto nos projetos técnicos quanto nos projetos pedagógicos, merecendo estar presente nos currículos de formação de professores.

Conclui-se que a temática do espaço escolar e sua relação com as políticas públicas é um importante campo de possibilidades acadêmicas tanto na área do ensino quanto da pesquisa e da extensão.

Na pesquisa, sabendo-se que políticas públicas são um campo ainda em construção, é preciso avançar na escolha de referenciais analíticos consistentes (MAINARDES, FERREIRA, TELLO, 2011) que deem conta da complexidade do tema espaço escolar. Também, avançar na produção de conhecimento e no levantamento e estudo da legislação, de programas e projetos onde o espaço escolar é abordado. Na extensão, percebe-se a necessidade de investir na formação continuada dos professores através de atividades como os Diálogos. Completando o tripé, na área do ensino é preciso avançar na adequação dos cursos de licenciatura aos temas contemporâneos incorporando o espaço escolar como elemento do currículo, seguindo o exemplo de diversos cursos de arquitetura que já incluem a escola nas disciplinas de projetos.

Por fim, considerando os currículos atuais, ao menos da Universidade Federal da Fronteira Sul, a possibilidade de abordar o tema das políticas públicas e o espaço escolar pode vir a se concretizar junto à disciplina de Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil, comum a todos os cursos de licenciatura da instituição.

A pertinência de tais proposições constata-se pela avaliação final do projeto de iniciação acadêmica e pelo depoimento das acadêmicas participantes de conseguir desenvolver um olhar critico, ampliando o conhecimento sobre o tema e entendendo o papel do estado enquanto principal implementador de políticas públicas voltadas para o espaço escolar. Entende-se que tanto o tema escolhido quanto a atividade realizada são elementos pelos quais a universidade não só podem contribui com a formação de

professores de educação básica como também podem contribuir com a formação de futuros arquitetos.

## Referências bibliográficas

ARAÚJO José Alfredo de. A USAID, o regime militar e a implantação das escolas polivalentes no Brasil. **Revista de Epistemología y Ciencias Humanas**. Rosario, Santa Fe, n.1, p.51-61, out. 2009.

AZEVEDO, Janete M. L. de. **Educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Parecer CP n. 9 de 08 de maio de 2001. Disponível em <a href="http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf">http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf</a>>. Acesso em 12 set, 2009.

CORREIA, Ana. Paula. P. Arquitetura escolar: a cidade e a escola rumo ao progresso. In: BENCOSTTA, Marcos. Levy. (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

FRAGO, Antonio Viñao. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

\_\_\_\_\_. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Marcus Levy.(org.). **História da educação,** arquitetura e espaço escolar. São Paulo: Cortez, 2005

KOWALTOWSKI, Doris. **Arquitetura Escolar:** o projeto do ambiente de ensino. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LIMA, Mayumi W. Souza. **Arquitetura e Educação.** São Paulo: Nobel, 1995. MAINARDES, Jefferson, FERREIRA, Márcia dos Santos, TELLO, César. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, Stephen

J., MAINARDES, Jefferson (orgs.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública. In: MOLL, Jaqueline, et al. **Caminhos da educação integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

MOREIRA, Nanci Saraiva. **Espaços educativos para a escola de ensino médio**: proposta para as escolas do estado de São Paulo. 2005. 321 f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PINTO, José Marcelino de Rezende; ADRIÃO, Theresa. Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil. **Eccos**, São Paulo, v.8, n.1, , p. 23-46, 2006 RODRIGUES, Sul Brasil Pinto. **Espaço escolar e cidadania excluída**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

SOUZA, R. F. Prólogo. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). **História da educação,** arquitetura e espaço escolar. São Paulo: Cortez, 2005.

SASTRE, João Roger de Souza. **O edifício escolar nas políticas públicas de educação**: Rio Grande do Sul 1999-2006. 316 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Rio de Janeiro, v.35, n.81, p.195-199, jan./mar. 1961. Disponível em: <a href="http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/plano3.html">http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/plano3.html</a>>. Acesso em: 9 ago. 2011.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria. Sabino de. **Política educacional no Brasil:** introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2007

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras; texto e contexto **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.88, n.219, p. 291-309, 2007.

PRO DIA NASCER FELIZ. Direção João Jardim, Produção Gabriela Weeks. Rio de Janeiro: Globo Filmes, Tambellini Filmes, Fogo Azul Filmes. Distribuído por Copacabana Filmes, 2007. DVD (88 min.) Documentário. Port.

ZANIN Nauíra Zanardo, et al. Projeto sustentável para a escola municipal de ensino fundamental Frei Pacífico. In: XI Encontro Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído. Florianópolis: **Anais...:** ENTAP, 2006, p. 3925-3934